

O “SECRETO HORROR À REALIDADE”: EXAME DAS CRÍTICAS DE SÉRGIO BUARQUE AOS POSITIVISTAS

THE “SECRET HORROR TO REALITY”: AN EXAM OF THE CRITICISMS MADE BY SÉRGIO BUARQUE TO THE POSITIVISTS

Gustavo Biscaia de Lacerda¹

RESUMO: O artigo examina criticamente as observações de Sérgio Buarque de Holanda a respeito do Positivismo no Brasil, em particular o vigente entre o fim do Império e a I República. Em um primeiro momento, são expostas as principais observações de Sérgio Buarque sobre o Positivismo, conforme aparecem em *Raízes do Brasil* e no v. 7 de *História geral da civilização brasileira*, com o objetivo de avaliarem-se os seus argumentos e seus recursos retóricos. Em seguida, avaliam-se as publicações do Apostolado e Igreja Positivista do Brasil de 1881 a 1917, em termos de quantidade e variedade temática. Os comentários finais são no sentido de que, bem ao contrário do que afirmava Sérgio Buarque, os positivistas não tinham nenhum “horror à realidade”, secreto ou não.

PALAVRAS-CHAVE: Sérgio Buarque de Holanda; positivistas ortodoxos; I República.

ABSTRACT: The article critically examines the observations of Sérgio Buarque de Holanda regarding Positivism in Brazil, in particular that between the end of the Empire and the I Brazilian Republic. At first, the main observations of Sérgio Buarque on Positivism are exposed, as they appear in *Raízes do Brasil* and in v. 7 of *História geral da civilização brasileira*, with the objective of evaluating its arguments and its rhetorical resources. Then, the publications of the Apostolate and Positivist Church of Brazil from 1881 to 1917 are evaluated, in terms of quantity and thematic variety. The final comments are that, quite contrary to Sérgio Buarque's assertion, the positivists had no “horror of reality”, secret or not.

KEYWORDS: Sérgio Buarque de Holanda; Orthodox Brazilian Positivists; I Brazilian Republic.



Vol. 13 Número Especial

Jul/Dez. 2017

Ahead of Print

¹Doutor em Sociologia Política pela UFSC. Endereço eletrônico: GBLacerda@gmail.com.

Introdução

Desde 1881 até 1927 os positivistas ortodoxos brasileiros (Miguel Lemos e, especialmente, Raimundo Teixeira Mendes) desenvolveram uma intensa atuação política, atentos às realidades nacional e internacional: campanhas pela abolição da escravidão e pela república, relações pacíficas com os países do Prata, liberdade espiritual, organização bancária, relações trabalhistas, crítica à I Guerra Mundial etc. Ainda assim, é famosa a observação de Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil*, de que eles tinham um “segredo horror à realidade” (HOLANDA, 1963, p. 151). O sentido desse comentário é o de a atuação dos positivistas foi descolada da realidade, (1) ao enfatizarem aspectos secundários ou inexistentes no Brasil e (2) ao proporem soluções “dogmáticas”, tiradas textualmente das obras de Augusto Comte, sem sensibilidade sociopolítica para o país. Em trabalhos posteriores Sérgio Buarque (HOLANDA, 1985a), se não retomou essa idéia, pelo menos continuou acidamente crítico aos positivistas.

As observações de Sérgio Buarque põem em xeque toda uma grande tradição de pensamento e de prática política e social, brasileira e estrangeira, e exigem um exame acurado. Todavia, até onde temos conhecimento, não houve *nenhuma* discussão em profundidade da tese do “segredo horror” na literatura histórico-sociológica brasileira, exceção feita a dois comentários na *História do Positivismo no Brasil*, de Ivan Lins, de 1964. Esses dois comentários, entretanto, são observações pontuais, relativas a um positivista “heterodoxo” (Luís Pereira Barreto (LINS, 2009, p. 90)) e a um ortodoxo (Carlos Torres Gonçalves (LINS, 2009, p. 253)). Rigorosamente as observações de Lins bastariam para negar a tese do “segredo horror”; mas, do ponto de vista lógico, dois casos podem ser apresentados como simples exceções à regra. A tese do “segredo horror” está em *Raízes do Brasil*; no v. 7 de *História geral da civilização brasileira*, de 1972 (HOLANDA, 1985a), Sérgio Buarque volta à carga contra os positivistas em um extenso capítulo, com argumentos um pouco diferentes dos anteriores, mas mais ácidos: a importância desse capítulo no pensamento buarquiano pode ser medido pela sua inclusão na coletânea dedicada a Sérgio Buarque na coleção “Os grandes cientistas sociais”, organizado em 1985 por Maria Otilia Dias (HOLANDA, 1985b), discípula de Sérgio Buarque na Universidade de São Paulo.

O objetivo deste artigo é examinar as críticas de Sérgio Buarque aos positivistas, levando em conta a atuação destes na vida política e intelectual do Brasil entre 1881 e 1917. Na próxima seção faremos um breve retrospecto das observações de Sérgio Buarque a respeito dos positivistas, indicando os traços que ele sublinhou do pensamento e do comportamento daqueles ativistas, ou que a eles atribuiu. Na seqüência, faremos uma discussão das intervenções públicas dos positivistas, a fim de verificar a “hipótese” do “segredo horror”: veremos as publicações do Apostolado e Igreja Positivista do Brasil (IPB), em termos de quantidade e de variedade temática. Por fim, confrontamos a atuação dos positivistas com as avaliações de Sérgio Buarque.

Sérgio Buarque de Holanda comentando o positivismo

Até onde pudemos identificar, Sérgio Buarque tratou do Positivismo brasileiro em duas ocasiões: em 1936, em algumas páginas de *Raízes do Brasil*, e em 1972, em quase todo um capítulo do v. 7 da *História geral da civilização brasileira*.

Eis o trecho de *Raízes do Brasil* em que Sérgio Buarque atribui aos positivistas o “segredo horror à realidade”: “Não existiria, à base dessa confiança no poder milagroso das idéias, um segredo horror à nossa realidade?” (HOLANDA, 1963, p. 151). O contexto dessa frase é o seguinte. Para o autor, os positivistas brasileiros dariam continuidade ao traço especificamente português de aventureirismo, de repulsa ao trabalho duro e sistemático e

do mais estrito pragmatismo; em termos intelectuais, esses traços caracterizar-se-iam pelo laxismo teórico, pela ânsia pela importação de idéias, pela falta de vontade de adaptar os esquemas mentais teóricos à realidade prática e o estrangeiro ao ambiente nacional: em outras palavras, o lusitanismo intelectual seria sinônimo de preguiça mental. Essa caracterização fica mais clara quando se contrapõe o tipo luso ao seu antípoda, o tipo hispânico: embora também inicialmente aventureiro, o espanhol apresenta um caráter sistemático e organizador, que procura ativamente moldar o mundo aos desígnios de sua imaginação (cf. HOLANDA, 1963, cap. 4).

O raciocínio exposto por Sérgio Buarque é que, como as ideias comtianas apresentam linhas evolutivas “fatais”, elas não exigiriam esforços intelectuais, ao mesmo tempo em que dariam aos indivíduos a certeza de que a marcha histórica realizar-se-ia *de qualquer forma, independentemente da ação e dos esforços humanos*. Assim, o Positivismo permitiria aos seus aderentes serem preguiçosos intelectual e praticamente, pois não teriam que despender esforços para intervir na realidade prática, atuar politicamente, exercerem o magistério, desenvolverem atividades econômicas etc. Esse caráter molenga seria complementado pela certeza narcotizante dada pelo sistema intelectual, que lhes permitiria viver encerrados “no recesso de seus gabinetes”: não por acaso, os positivistas seriam “grandes ledores” (HOLANDA, 1963, p. 151).

Assim, no final das contas, os positivistas teriam sido grandes “negadores” – em dois sentidos: (1) os positivistas não corresponderiam a nenhum dos sentidos atribuídos por A. Comte à palavra “positivo” no *Discurso sobre o espírito positivo* (COMTE, 1990); (2) os positivistas teriam sido incapazes de influenciar a política prática de maneira “positiva” e de lutar contra políticos desonestos.

A caracterização dos positivistas como herdeiros da rejeição lusitana ao trabalho sistemático foi deixada de lado em 1972, do v. 7 da *História geral da civilização brasileira*, no capítulo “Da maçonaria ao Positivismo”. O objetivo nesse texto muda de foco e amplia-se: atribui aos positivistas um forte viés militarista e arrisca uma exegese do próprio Comte, buscando no fundador do Positivismo os traços que lhe permitam afirmar que o Positivismo é, *sim*, uma filosofia e uma política próxima aos militares. Já não se trata de acusar os positivistas de serem ledores narcotizados e manterem o “horror à realidade”: o que importa é afirmar que o militarismo foi justificado antes de mais nada pelo Positivismo e, inversamente, o *ativismo político* dos militares brasileiros foi estimulado pelo Positivismo e pelos positivistas.

A despeito do título, a referência à maçonaria nesse capítulo é curta: um parágrafo em que se refere à ideia de “progresso” (HOLANDA, 1985a, p. 289). O autor passa logo ao exame do que lhe interessa e não tergiversa: referindo-se aos positivistas em geral, considera em primeiro lugar o grupo da IPB, percebendo-o como muito pequeno e exigente em demasia, afeito a excomunhões, para ter um crescimento efetivo na quantidade de aderentes e, a partir disso, uma importância política e social verdadeira; suas posições políticas seriam pautadas por um curioso senso de conveniência, como no caso da abolição da escravidão: ela deveria ser feita aos poucos, sem traumas, em particular para não ofender os escravocratas, que poderiam ser, em algum momento, aderentes do Positivismo (HOLANDA, 1985a, p. 289-290).

Em seguida, o autor comenta que a idéia de “progresso” (ou “evolução”) era adotada de modo instrumental e não muito intelectualizado pelos líderes republicanos (Silva Jardim, Quintino Bocaiúva), mais preocupados em agir que em teorizar. Apesar disso, os positivistas ortodoxos aferrar-se-iam à ideia de “progresso dentro da ordem”, apoiando o poder e evitando a anarquia. Em contraposição a tais perspectivas, outros republicanos não hesitavam em adotar vistas e vocabulários revolucionários – como Lopes Trovão, quem perceberia o prestígio da ideia de “revolução” (HOLANDA, 1985a, p. 291-292).

Sérgio Buarque nota que “positivismo” e “socialismo” eram palavras usadas de maneira instrumental, rótulos que conferiam, entre o final do Império e o início da República, prestígio aos seus usuários. Mais uma vez, ele toma os ortodoxos como exemplo contrário, indicando que eles propunham a mudança de regime, da monarquia para a república, da hereditariedade teológica para a hereditariedade sociocrática, fazendo mesmo apelos ao imperador para que ele tomasse a iniciativa de tal mudança. Sérgio Buarque dá ênfase ao tratamento dispensado pelos jovens cidadãos positivistas ao seu idoso governante – eles dirigiam-se a ele “respeitosamente” –, querendo com isso dar a entender, mais uma vez, a submissão por eles pregada do progresso à ordem. Sinal mais claro disso seria a proposta da “ditadura republicana”, que recusaria o parlamentarismo, mesmo que fosse o parlamentarismo associado à burguesia escravista, censitária e discriminatória. Mais ainda: ele sugere claramente que Miguel Lemos e Teixeira Mendes teriam enorme admiração por d. Pedro II, que se oporiam ao regime e não ao indivíduo imperador, que, proclamada a República, a fraqueza da monarquia era devida aos “antecedentes históricos” e, por fim, eles queriam manter-se afastados de qualquer responsabilidade pelo movimento que efetivamente implantou a República, em 15 de novembro de 1889 (HOLANDA, 1985a, p. 292-293). Assim, a narrativa de Sérgio Buarque dá a entender que os positivistas ortodoxos eram conservadores (reacionários?), autoritários (“ditadura”, afinal de contas) e, talvez, até fossem *secretamente* favoráveis ao imperador (o que quer que isso quisesse significar).

Na seqüência, Sérgio Buarque estabelece uma relação entre “lei sociológica” e a possibilidade de autoritarismo político: a concepção de leis naturais inspirar-se-iam na Matemática, que teria um caráter fatalista e indiscutível. Como para os positivistas as mudanças políticas seguiriam leis naturais, elas seriam fatais – ou, para usar a expressão do próprio Sérgio Buarque, seriam “mecânicas”. É famosa a observação de Comte: como não há liberdade de discussão na Astronomia, não há liberdade de discussão na política: logo, segundo Sérgio Buarque, as mudanças políticas devem ocorrer de preferência sem oposição, sem contestação e sem críticas.

Sérgio Buarque faz algumas considerações gerais sobre a doutrina comtiana, buscando justificar suas ideias sobre a adequação do Positivismo ao Brasil, em particular sobre o papel dos militares, do “povo” e da ordem e do progresso (HOLANDA, 1985a, p. 299-302). Não vem ao caso detalhá-las; basta indicar que, para o autor, a obra de Comte sofreria um desvio progressivo para o conservadorismo e para o autoritarismo, devido à necessidade de manutenção da ordem. Antes disso, aliás, ele indica que na França houve reacionários antidreifusistas, assim como, nos Estados Unidos, houve sulistas defensores da escravidão que perfilhavam o Positivismo.

Sérgio Buarque começa um elogio afirmando que o Positivismo serviu no Brasil como catalisador e aglutinador das insatisfações havidas no Império (HOLANDA, 1985a, p. 303). Isso, entretanto, é dito após afirmar que os aspectos mais importantes do Positivismo no Brasil foram os que *negavam* traços da realidade nacional: a escravidão, a monarquia, o atraso etc. Os aspectos positivos, de valorização da ação pacífica, de conciliação dos interesses das classes, teriam menor aceitação. Além disso, esse “elogio” é feito preparando o argumento central do capítulo: a idéia de que, não por acaso, o Positivismo foi instrumental para as intervenções militares.

Sérgio Buarque afirma que em Comte há muitas passagens elogiosas aos militares, particularmente em contraposição às classes metafísicas dos legistas (dos profissionais da lei). O autor insinua que, a despeito de afirmar-se contrário à violência e à ação dos militares, a admiração de Comte por esse grupo esconderia um desejo de vê-los atuando, devido ao espírito positivo, ao senso de honra próprio à corporação, ao interesse coletivo que a moveria – tudo isso em contraposição ao egoísmo, à metafísica, à degradação dos legistas e dos parlamentares. O Positivismo seria adequado à absorção pelos militares para sua ação política (HOLANDA, 1985a, p. 302-305): dessas premissas, a conclusão a que se podia

chegar em 1972 (como se chega ainda hoje) é que o regime militar de 1964 seria uma decorrência necessária do Positivismo.

Os positivistas tinham “horror à realidade”?

Considerando a afirmação buarquiana do “secreto horror à realidade” experimentado pelos positivistas, seria possível transformá-la em uma hipótese e, a partir disso, testá-la? O primeiro passo para isso é abandonar o tom crítico adotado por Sérgio Buarque e assumir sua observação como passível de verificação empírica e como o início de uma investigação histórico-conceitual. Em seguida, importa limitar o objeto – e, embora Sérgio Buarque fale genericamente em “os positivistas” mas cite documentos dos ortodoxos, para nós é útil restringirmo-nos a eles, *i. e.*, aos ortodoxos.

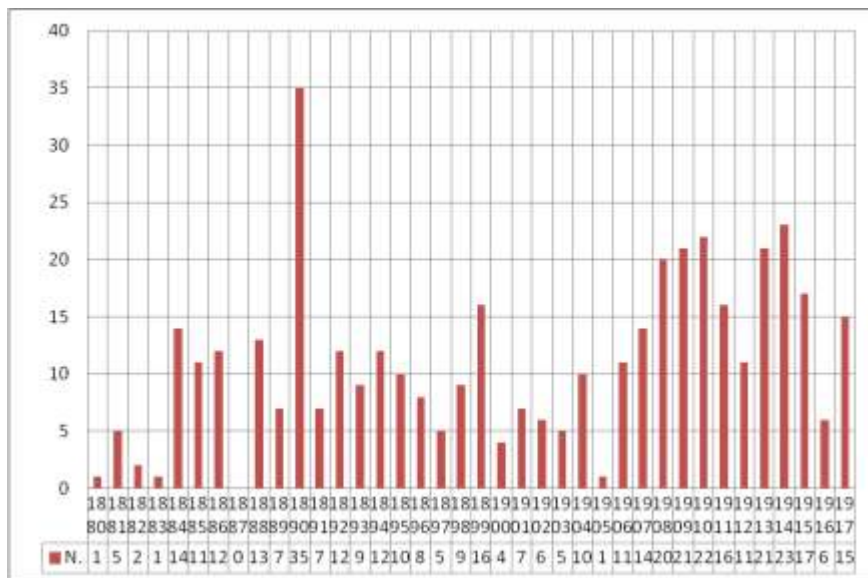
A preferência pelos ortodoxos oferece inúmeras vantagens: (1) eles escreveram constantemente ao longo de um amplo período de tempo: no caso de Lemos e Teixeira Mendes, entre 1881 (fundação da IPB) e 1927 (morte de Teixeira Mendes); (2) sem deixar de evoluir suas concepções, exibiram uma notável coerência ao longo do tempo; (3) suas intervenções foram publicadas, inicialmente em jornais diários (em particular no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro) e depois reimpressas na forma de opúsculos da própria IPB; (4) cada publicação da IPB era numerada e integrava um catálogo de publicações, o que facilita a organização e a localização de cada uma; (5) os títulos das publicações eram com frequência enormes: esse tamanho não se devia a questões estéticas, mas a preocupações descritivas: com base na leitura dos títulos pode-se saber com razoável clareza o assunto abordado; (6) os ortodoxos propunham-se a desenvolver uma atividade pública de aconselhamento e de formação da opinião, tendo, assim, na publicação de documentos um instrumento privilegiado.

Se verdadeira, a hipótese do “secreto horror” exibirá um catálogo com uma combinação das seguintes características: (1) *qualitativamente*, temas pouco afeitos à realidade sociopolítica; (2) grande incidência *quantitativa* de temas “alienados”: (2.1) temas “eclesiais”, versando estritamente sobre a organização da IPB, seu dogma e culto; (2.2) caso as publicações tratassem das questões do momento, essas questões seriam abordadas de maneira idealista, em desatenção ou desprezo aos debates. Inversamente, se o acervo apresentar grande variedade temática; se os temas tiverem relevância social e política; se as publicações tiverem sido editadas nos momentos mais relevantes para os debates públicos; se os vários temas tiverem sido objeto de diversos opúsculos; enfim, se essas várias condições mais ou menos se cumprirem, a hipótese do “secreto horror” (com a hipótese adicional da preguiça mental) terá sido refutada.

Embora a IPB tenha continuado a publicar e a reeditar textos pelo menos até os anos 1960, para nossos propósitos o que importa são os vinculados à atividade de M. Lemos e R. Teixeira Mendes: assim, o período 1881-1917 é o que interessa. Ainda que não tenhamos a relação total dos textos desse lapso temporal, a partir de várias fontes chegamos a um total de 355 títulos e determinamos com certeza o ano de publicação de 419 opúsculos. Com os anos é possível avaliar a frequência das publicações; com os títulos é possível avançar na análise dos conteúdos.

O Gráfico 1, abaixo, apresenta-nos o número de publicações por ano. Há períodos de pouca atividade editorial (1881-1882, 1887, 1905), assim como há outros de intensa ou mesmo intensíssima atividade (1888-1896, 1907-1917).

GRÁFICO I – PUBLICAÇÕES AO LONGO DO TEMPO (1880-1917)

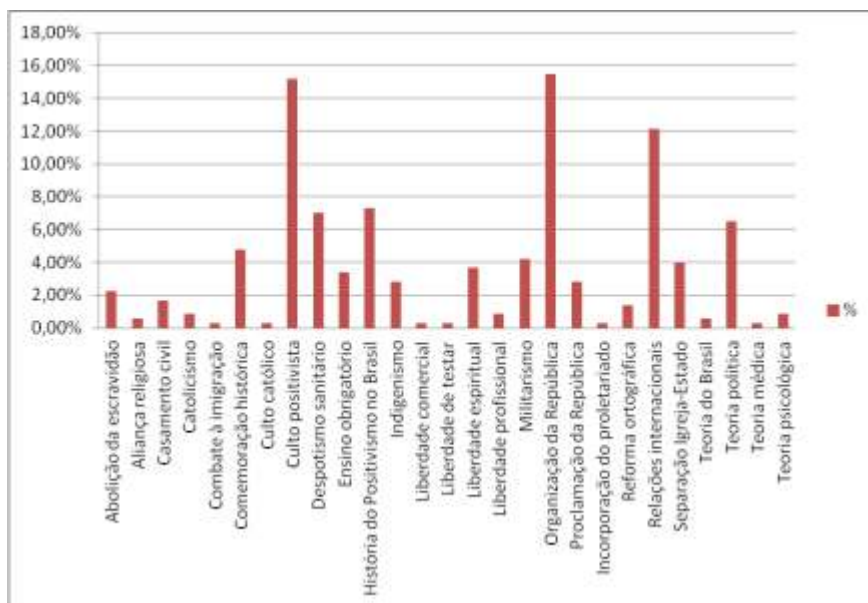


Os anos anteriores à abolição da escravatura e à proclamação da República têm uma atividade constante: críticas ao projeto de imigração chinesa, ao projeto de universidade brasileira; comemorações históricas; discussões sobre escravidão no Brasil, problemas na fronteira Brasil-Argentina, relações franco-brasileiras e a afirmação da liberdade espiritual. Com a abolição e, principalmente, com a República, a atividade sofre um surto: são propostas garantia dos direitos sociais dos libertos, organização da República, reforma ortográfica, separação entre Igreja e Estado, liberdades profissional, espiritual, comercial etc., respeito à organização de cada culto. A partir de 1906, a atividade só faz aumentar: crítica aos projetos militaristas e militarizantes; defesa da paz e da fraternidade universal; exame de temas de política internacional (relações Brasil-países latinos, I Guerra Mundial, relações americanas); crítica ao “despotismo sanitário” (vacinação violenta e à força pelo governo federal); separação entre Igreja e Estado; afirmação dos “direitos sociais” dos trabalhadores; defesa da liberdade espiritual; comemoração de tipos históricos. Considerando o total de 419 publicações no período de 37 anos (1881-1917), tem-se a média de 11,34 títulos por ano. Eles variam em tamanho: desde folhetos de uma ou duas páginas até tratados filosóficos, passando por biografias, traduções, projetos de constituição e textos de polêmica e divulgação, vários deles com centenas de páginas.

Quanto aos temas dos opúsculos: os títulos arrolados, no total de 355, atribuímos a cada um categorias, que servem para indicar um grande compartimento teórico e tem um caráter abstrato; procuramos limitar o número de categorias, sem forçar inclusões: Abolição da escravidão; Aliança religiosa; Casamento civil; Catolicismo; Combate à imigração; Comemoração histórica; Culto católico; Culto positivista; Despotismo sanitário; Ensino obrigatório; História do Positivismo no Brasil; Indigenismo; Liberdade comercial; Liberdade de testamento; Liberdade espiritual; Liberdade profissional; Militarismo; Organização da República; Proclamação da República; Incorporação do proletariado; Reforma ortográfica; Relações internacionais; Separação Igreja-Estado; Teoria do Brasil; Teoria política; Teoria

médica; Teoria psicológica. Essas categorias incluem um amplo escopo temático; mesmo se excluirmos as três categorias “eclesiásticas”, a “sobra” ainda será bastante grande: “comemorações históricas”, “culto positivista” e “história do Positivismo no Brasil” perfazem 4,79 + 15,21 + 7,32 = 27,32% (17 + 54 + 26 = 97 publicações) – isto é, pouco mais de um quarto do total. Expressivos outros 72,68% (258 opúsculos) não são “eclesiásticos”. O Gráfico 2 mostra a participação de cada categoria principal no conjunto.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PRINCIPAIS



Quais foram os temas mais recorrentes nos anos mais ativos? A partir do Gráfico 1, podemos estabelecer o valor de 14 publicações anuais como critério de corte. A partir disso, é possível selecionar 12 anos (1884, 1890, 1899, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1913, 1914, 1915, 1917) dos 37 em que registramos atividade – 32,43%, o que equivale a 1/3 de todo o período considerado. Nessa dúzia de anos publicaram-se 208 títulos, correspondentes a 58,59% do total; as categorias desses textos são estas: Abolição da escravidão; Aliança religiosa; Casamento civil; Catolicismo; Comemoração histórica; Culto positivista; Despotismo sanitário; Ensino obrigatório; História do Positivismo no Brasil; Incorporação do proletariado; Indigenismo; Liberdade comercial; Liberdade de testamento; Liberdade espiritual; Liberdade profissional; Militarismo; Organização da República; Proclamação da República; Reforma ortográfica; Relações internacionais; Separação Igreja-Estado; Teoria médica; Teoria política.

Inversamente, quais as categorias mais recorrentes? Tiremos as categorias “eclesiásticas” (Comemorações históricas, Culto positivista, História do Positivismo no Brasil), que, como vimos, perfazem 27,32%. Considerando as demais categorias, o valor aproximado de 4% é uma boa linha de corte, ao incluir 14 publicações, que foi o critério usado acima. Definido esse valor, as categorias mais recorrentes são estas seis: Despotismo sanitário; Militarismo; Organização da República; Relações internacionais; Separação Igreja-

Estado; Teoria política. Elas correspondem a 179 títulos, ou a 49,29% – isto é, metade da nossa relação.

Em suma: parece-nos que não procede a afirmação de Sérgio Buarque a respeito do “horror à realidade” (secreto ou não) dos positivistas. Mais do que isso: o exame – sumário, é verdade – das publicações da IPB sugerem que também são improcedentes as observações do historiador paulista, presentes no v. 7 de *História geral da civilização brasileira*.

Comentários finais

Poder-se-ia argumentar ao conjunto deste artigo que, assim como postulamos que Sérgio Buarque foi limitado na sua contextualização ao tratar do Positivismo, é necessário contextualizar a produção do próprio Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*, escrito em 1936 por alguém que voltara da Alemanha, não apenas introduzia no país novos procedimentos e categorias para o estudo de nossa realidade social (os tipos ideais weberianos), como continuava a tradição de crítica à I República (elitismo, falso liberalismo, democracia fracassada, atraso econômico). Embora o livro seja bastante crítico ao Positivismo, ele não se detém nele: *Raízes* é um libelo contra a história, as instituições e a cultura brasileira, no que ela teria de impeditiva do desenvolvimento econômico, social e político. Já o v. 7 de *História geral* foi escrito em 1972, durante o regime militar de 1964, na vigência do Ato Institucional n. 5, com suas disposições arbitrárias, cassações, perseguições, torturas, inquéritos de fachada e por aí vai. Considerando a larga influência que tiveram os positivistas no ambiente militar, poder-se-ia argumentar que Sérgio Buarque fazia um esforço de compreensão da realidade por que então passava o país, propondo eventuais “afinidades eletivas”.

Sem dúvida: é possível *argumentar* dessa forma. Mas, como este artigo procurou mostrar, esses argumentos seriam formalistas e retóricos, ao deixarem de lado o conjunto das intervenções dos positivistas, a formação da elite militar desde o século XIX e ao longo do século XX e a sociedade brasileira em que os positivistas agiam. Não deixa de ser notável que no v. 9 da *História geral*, Carvalho (1989) tenha publicado um longo artigo (“Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”) em que indica que, se o Positivismo difundiu-se nas Forças Armadas entre o Império e a República, precisamente essa influência foi recusada pela oficialidade na década de 1910, quando se constituíram os que se chamou de “jovens turcos” no Exército brasileiro. Esses “jovens turcos” buscavam uma profissionalização das Forças Armadas em sentido *contrário* à influência do Positivismo, recusando o caráter civilizador (*i. e.*, mais favorável à vida civil) difundida pelos positivistas ortodoxos, por Benjamin Constant e por seus vários discípulos.

Retornando, mais uma vez, à tese do “secreto horror à realidade”: ela faz, efetivamente, *algum* sentido? Parece-nos que não. Por um lado, Sérgio Buarque propõe-na ao mesmo tempo em que cria uma confusão, ao referir-se genericamente aos “positivistas” – englobando ortodoxos, heterodoxos, militares, jornalistas, políticos etc. –, para, em seguida, deter-se apenas nos ortodoxos. Mas a atuação dos ortodoxos, a quem se poderia, talvez, atribuir o “horror à realidade”, visivelmente prestavam extrema atenção à realidade: a análise que apresentamos das publicações da IPB, parece-nos, não permite manter qualquer dúvida a respeito.

Por outro lado, qual seria o oposto do “horror à realidade”? Como se poderia entender alguma forma de “aceitação da realidade”? Não é aceitável a proposta, avançada por Sérgio Buarque, de que consistiria em propor soluções para os problemas denunciados ou mesmo soluções *críveis* para tais problemas, pois os ortodoxos proponham, sim, soluções e eram soluções *críveis*, factíveis. Mas o que mais poderia ser a “adequação à realidade”? Aceitar que a “questão social” fosse tratada como “caso de polícia”? Aceitar que as

oligarquias explorassem o proletariado urbano, os imigrantes europeus e asiáticos e, principalmente, mantivessem a discriminação contra os negros ex-escravos? Aceitar que dizimassem os índios brasileiros? Aceitar a *Realpolitik* como princípio de regulação entre as unidades políticas, quer fossem entes da federação (os estados), quer fossem estados nacionais? Poderíamos continuar a lista *ad infinitum*.

Os ortodoxos não tinham nenhum “horror à realidade”, secreto ou não. E mesmo que, por hipótese, eles fossem mais idealistas do que eram, qual o problema? O papel do intelectual, como se diz, é propor alternativas ao que “*á está*” – é, precisamente, ser *utópico*. Ora, Augusto Comte defendia o conceito de utopia (cf. LACERDA, 2010, cap. 5), entendendo-o, *inter alia*, como a *antecipação* de uma realidade social possível: os ortodoxos diziam exatamente isso. É irônico, quando não exasperador, constatar que o próprio Sérgio Buarque, ao escrever todo o seu *Raízes do Brasil* refletindo sobre a democracia em nosso país, e o v. 7 de *História geral*, acusando os positivistas de legitimadores do militarismo, também agia de maneira utópica, ao procurar constituir (ou modificar) a opinião pública e propor uma realidade social possível.

Podem parecer tolo o esforço despendido aqui em favor da refutação de uma observação feita há quase 80 anos. Entretanto, essa observação quase centenária não foi desmentida pelo autor; na verdade, sem a refutar, ele elaborou outros argumentos para criticar ainda mais os positivistas. Esse autor goza de prestígio imenso, nacional e estrangeiro; é lido e “*criticado*”, mas suas observações não são propriamente postas em dúvida; em particular, geração após geração de cientista social, historiador, literato ou cidadão lê e relê suas opiniões sobre os positivistas e crê que estão certas. Estão mesmo? Propor soluções para o país; propor e defender uma concepção consistente de bem público; afirmar e realizar a separação entre o temporal e o espiritual, entre o aconselhamento e o mando; defender o primado da paz, do arbitramento, do respeito mútuo, das garantias políticas e sociais: ao contrário do que afirmou e reafirmou Sérgio Buarque, tudo isso pode ser utópico, mas não tem nada de “*horror à realidade*”.

Notas

²Devido às limitações do texto, apresentaremos somente as idéias de Sérgio Buarque sobre os positivistas nesta seção. O ideal seria utilizar uma seção independente para comentá-las; como não é possível, faremos observações sucintas em notas de rodapé. A próxima seção deve ser lida de maneira complementar a estas notas.

³De modo mais subterrâneo estão as oposições do tipo luso ao tipo inglês, com sua suposta ética do trabalho pelo trabalho, e dos respectivos resultados coloniais. Nesse sentido, Sérgio Buarque continua a longa tradição de oposição entre as Américas do Norte e do Sul – e de elogio dos nortistas, contra a formação nacional (cf. MONTEIRO, 2009).

⁴Sobre a ortodoxia dos ortodoxos: eles viam na observância cuidadosa das recomendações de A. Comte uma demonstração da força de suas convicções e um novo parâmetro para a conduta individual e coletiva. Carvalho (2005) notou que, em uma época em que nepotismo, apadrinhamento e empreguismo no Estado eram práticas absolutamente correntes, abster-se de cargos públicos era uma atitude heróica.

⁵Sobre a escravidão, os positivistas ortodoxos não titubeavam: era necessária a abolição imediata, os defensores desse regime sócio-econômico eram moralmente criminosos e, quanto mais o governo demorava para realizar essa importante reforma, mais ele desgastava-se. Eles tinham algumas dúvidas a respeito do destino dos negros libertos em seguida à abolição: inicialmente consideraram que deveriam manter-se nos locais em que trabalhavam, mas perceberam que tal proposta recriaria a escravidão e em condições piores; cumpria ao governo e à sociedade civil criar condições para que eles fossem incorporados à sociedade, como cidadãos. Foi precisamente a posse de escravos por parte de um dos positivistas do grêmio inicial que originou uma das primeiras crises citadas por Sérgio Buarque: para os ortodoxos era inadmissível um ser humano possuir outro, em particular se o proprietário afirmasse-se

positivista (cf. CRUZ COSTA, 1967; RIBEIRO, 2012).

⁶A conjugação da ordem e do progresso era uma preocupação dos positivistas; sem dúvida havia o uso instrumental das palavras associadas ao Positivismo naquela quadra histórica. Mas conjugar as fórmulas de respeito dispensadas pelos positivistas ao Imperador com os temas da “ditadura republicana” e do “progresso na ordem” tem um único resultado: dar a impressão de tratarem-se os positivistas de indivíduos que, sob o manto da ciência, eram autoritários e reacionários. Como no caso da escravidão, a idéia de “progresso na ordem”, isto é, de “progresso limitado pelo status quo sociopolítico vigente”, era impensável e inadmissível para os positivistas. Eles reconheciam, por certo, as limitações de suas ações: mas reconhecer os limites da própria ação não é a mesma coisa que negar a ação ou sua necessidade.

⁷Positivismo absorvido e instrumentalizado por grupos sociais específicos: a ação dos positivistas ortodoxos era pelo pacifismo nas relações sociais (internas e externas) e, assim, pelo antimilitarismo; essa perspectiva era adotada mesmo a respeito dos ortodoxos militares, aconselhados a seguirem para uma carreira civil ou a desenvolverem uma carreira militar pacifista e civilista (cf. TEIXEIRA MENDES, 1910). Os positivistas militares heterodoxos, por sua vez, inspiravam-se freqüentemente no exemplo e nos ensinamentos de Benjamin Constant: embora este não mantivesse relações pessoais com a IPB entre 1883 e 1889, praticava exatamente o que Teixeira Mendes sugeria. Dentro de suas possibilidades os ortodoxos combatiam as interpretações interessadas e à la carte de Augusto Comte: basta pensar-se no longo opúsculo em que Miguel Lemos reprende a interpretação do Major Gomes de Castro segundo a qual o Positivismo legitimaria as insurreições (cf. TEIXEIRA MENDES, 1906).

⁸A “ditadura republicana” já foi objeto de inúmeros textos e mal-entendidos. No senso comum atual a “ditadura” é um regime autoritário; é essa a interpretação de Sérgio Buarque sugere. Mas como a idéia da “ditadura republicana” é de A. Comte e ele escrevia no século XIX, convém contextualizar. Como lembra Bobbio (1997, p. 227-233), no século XIX a palavra “ditadura” não tinha sentido negativo, mas positivo; foi assim que A. Comte usou-a, o mais das vezes como sinônimo de “governo” ou de “poder Executivo”. Para Comte “ditadura” era uma palavra descritiva, neutra, que exigia adjetivos: “progressista”, “conservadora”, “retrograda”, “popular”, “liberal”, “despótica”, “tirânica” etc. (cf. LACERDA, 2010, seção 7.1). Para Comte, o governo deve limitar-se à manutenção da ordem pública e não deve haver nenhuma restrição às liberdades de pensamento e de expressão. Em todas as vezes em que o governo proibiu ou tentou proibir as liberdades de pensamento e de expressão (mais uma vez: no Império e, principalmente, na República) os positivistas posicionaram-se com muita clareza a favor das liberdades.

⁹Sérgio Buarque apresenta a expressão “antecedentes históricos” entre aspas e não a esclarece, mantendo-a vaga. Miguel Lemos e Teixeira Mendes elaboraram uma refinada interpretação do desenvolvimento social e político do país, em que interagem dinamicamente as instituições, as elites, a massa da nação, a organização interna e a realidade internacional – é o que podemos chamar de “teoria do Brasil” (cf. TEIXEIRA MENDES, 1913). Sérgio Buarque não faz nenhuma referência a ela.

¹⁰O respeito ao monarca, devido por um jovem cidadão a um governante mais velho, em uma carta escrita em uma época em que os formalismos e o respeito geral no trato entre as pessoas – vá lá: entre as pessoas livres e instruídas – era maior, é usado por Sérgio Buarque como sinal de aprovação à monarquia e reprovação da República. Assim, Sérgio Buarque insinua que os positivistas ortodoxos não eram (“verdadeiros”) republicanos. Não há dúvida de que os diretores da IPB desconheciam e não apoiaram as ações que resultaram na República; mas, uma vez proclamada, seu apoio foi imediato e sua ação prática voltou-se inteiramente para ela (cf. CARVALHO, 2000).

¹¹Essa interpretação, embora usual, é superficial e ainda contraditória com o ativismo dos positivistas. Em Lacerda (2015) encontra-se uma exposição cuidadosa do estatuto epistemológico da Sociologia no Positivismo e as possibilidades de ação daí derivadas por A. Comte. Por outro lado, Lacerda (2016) detalhou as características das ações dos positivistas ortodoxos na I República.

¹²Positivistas franceses antidreifusistas e estadunidenses escravocratas: esses exemplos não foram aleatórios e não correspondem a adeptos do Positivismo ortodoxo. É possível encontrar exemplos de supostos adeptos descaminhados de qualquer doutrina, em qualquer parte, em qualquer momento; mas Sérgio Buarque silenciou a respeito do papel dos positivistas estadunidenses na “reconstituição do liberalismo americano” (cf. HARP, 1995), assim como a respeito da ampla participação na criação e na consolidação das instituições da III República francesa (1870-1940) – estes, aliás, muito mais próximos da ortodoxia comtiana (cf. NICOLET, 1994).

¹³Participação dos militares na política: sobre isso, os ortodoxos eram muito explícitos: a proclamação da

República produzira uma alteração benéfica e importante, mas também uma série de problemas, a começar pela afirmação política da corporação militar, o que levava a instabilidade e a violência política sistemática para a sociedade civil e permitia a desordem na caserna. A solução? Nos anos seguintes a 1889 (Miguel Lemos escrevia em 1892) era necessário civilizar urgentemente a política nacional, incluindo aí o próprio Exército (cf. LEMOS, 1894). Benjamin Constant procedeu dessa forma, ao instituir um ensino na Escola Militar que era científico, mas não profissionalizante: os cadetes entendiam de ciências, não das armas. De qualquer forma, há muitas pesquisas sobre a atuação doutrinária do Positivismo no seio do Exército, em particular os estudos de Carvalho (1989). Essas investigações indicam que a influência de Benjamin Constant e dos positivistas manteve-se ao longo da I República no sentido da “civilização” do Exército. Em meados da década de 1910, todavia, jovens oficiais resolveram mudar esse estado de coisas e decidiram profissionalizar o Exército; tais oficiais enviaram missões à Alemanha e, depois, à França, ficando conhecidos como “jovens turcos”. Esses novos quadros rejeitavam a “doutrina militar positivista” e advogavam um ethos especificamente guerreiro, sem deixar de lado o caráter politizado do Exército. Ora, com Góes Monteiro esses oficiais, “jovens turcos”, assumiram o poder em 1930 e, depois, em 1964.

¹⁴ Como indicou Alonso (1996), havia diversos grupos de positivistas: ortodoxos, heterodoxos, militares, jornalistas, políticos práticos, docentes etc. No caso que nos interessa, os ortodoxos eram os ligados à IPB, em particular Miguel Lemos (Diretor da IPB) e Raimundo Teixeira Mendes (vice-Diretor da IPB).

¹⁵ As fontes foram estas: Biblioteca Nacional (1981), Pezat (2006-2007) e nossa coleção particular de textos da IPB.

¹⁶ Deve-se levar em conta, todavia, que esse número é muito maior do que o apresentado: algumas publicações não eram numeradas; havia publicações que eram intercaladas na série, recebendo letras após os números (1a, 5b etc.); por fim, havia ainda a publicação do Boletim da Igreja Positivista, uma série à parte (que, todavia, consideramos em nossos cálculos).

¹⁷ Originalmente, também atribuímos categorias secundárias e terciárias a cada uma das publicações, de modo a especificar os seus temas; entretanto, como esse catálogo tem 109 termos, não o consideramos no presente artigo.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Â. **De Positivismo e de positivistas**: interpretações do Positivismo brasileiro. BIB, Rio de Janeiro, n. 42, p. 109-134, 2º semestre, 1996.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Primeiro centenário de fundação da Igreja Positivista do Brasil** – 93-193, 1881-1981. Catálogo da exposição comemorativa. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1981.
- BOBBIO, N. **Estado, gobierno y sociedad**: por una teoría general de la política. 2ª ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- CARVALHO, J. M. Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. Vol. 9. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. A Humanidade como deusa. **Revista de História**. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, n. 1, jul, 2005.
- COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: M. Fontes, 1990.
- CRUZ COSTA, J. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- HARP, G. J. **Positivist Republic. Auguste Comte and the Reconstruction of American Liberalism, 1865-1920**. University Park: Pennsylvania State University, 1995.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Ensaio histórico-sociológico sobre o Brasil. 4ª ed. Brasília: UNB, 1963.
- _____. Da maçonaria ao Positivismo. In: _____. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Vol. 7. 4ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1985a.

- _____. 1985b. O Positivismo no Brasil. In: DIAS, M. O. L. S. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: história**. Col. "Os grandes cientistas sociais". São Paulo: Atica, 1985b
- LACERDA, G. B. **O momento comtiano: república e política no pensamento de Augusto Comte**. Florianópolis. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- _____. Vontades e leis naturais – liberdade e determinismo no positivismo comtiano. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 307-337, 2015
- _____. **Laicidade na I República brasileira: os positivistas ortodoxos**. Curitiba: Appris, 2016
- LEMOS, M. **Artigos episódicos**. Publicados durante o ano de 1892 e primeiro semestre de 1893. Terceira série: aos nossos concidadãos; a eleição presidencial; o anonimato na imprensa. Série da IPB, n. 145. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1894.
- LEMOS, M. & TEIXEIRA MENDES, R. **Bases de uma Constituição política ditatorial federativa para a república brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1934.
- LINS, I. M. B. **História do Positivismo no Brasil**. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2009.
- MONTEIRO, P. M. **As raízes do Brasil no espelho de Próspero**. Novos Estudos, São Paulo, n. 83, p. 159-182, mar. 2009.
- NICOLET, C. **L'idée républicaine en France (1789-1924)**. 2ª ed. Paris: Gallimard, 1994.
- PEZAT, P. R.. **Publicações da Igreja Positivista do Brasil pertencentes ao acervo do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel**. História em Revista, Pelotas, n. 12-13, 2006.
- RIBEIRO, M. T. R. **Controvérsias da questão social**. Liberalismo e Positivismo na causa abolicionista no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2012.
- TEIXEIRA MENDES, R. **O Positivismo e o recurso às insurreições**. Série da IPB, n. 229. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1906.
- _____. **A atitude dos positivistas ante a retrogradação militarista**. Série da IPB, n. 304. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1910.
- _____. **Benjamin Constant**. Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira. V. I. Série da IPB, n. 120. 2ª ed. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1913.

Recebido em: 03/04/2017

Aprovado em: 22/10/2017